MEMÓRIA DA 40ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO – CTINS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO IVAÍ.

Ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, foi realizada a 40ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTINS do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí, por meio de videoconferência, pela plataforma *Zoom*. Estavam presentes **MAURÍCIO CAMARGO FILHO**, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Coordenador da CTINS; **LAURIANE ZANLORENZI**, da Gerência de Outorga do Instituto Água e Terra – GOUT/IAT; **MARISTELA DENISE MORESCO MEZZOMO**, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campo Mourão; **NICOLÁS LOPARDO**, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **PAULO CELSO DE OLIVEIRA CUNHA**, da Água Mineral Peruille; **MARILDO OLIVEIRA**, da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí – PARI; **LUIZA SANTOS BARRETO** e **LUCINEIDE MARANHO**, da Secretaria Executiva do Comitê, IAT. Participaram ainda, como convidados, **CLAUDIO FOLDA JUNIOR**, Engenheiro Sanitarista da Águas de Sarandi; **NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO FIGUEREDO**, Diretor-Geral da Águas de Sarandi; **EDUARDO APARECIDO SONA KUN**, Secretário Municipal de Urbanismo de Sarandi; e **TIAGO BACOVIS**, da GOUT/IAT. **1. ABERTURA:** A reunião foi aberta pelo Coordenador da CTINS, que agradeceu a presença dos participantes e deu início aos trabalhos conforme a pauta previamente estabelecida. O Coordenador informou que a Águas de Sarandi havia encaminhado, conforme solicitado na reunião anterior, documento contendo informações complementares referentes à vazão atual da ETE França, bem como dados de DBO, DQO e das áreas previstas para atendimento. **2. ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO APRESENTADA PELA ÁGUAS DE SARANDI REFERENTE À REAVALIAÇÃO DAS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS PELA PORTARIA IAT Nº 246/2020 PARA O RIBEIRÃO PINGUIM:** Nicolás Lopardo, da SANEPAR, iniciou a discussão questionando se as vazões de ampliação apresentadas no documento da Águas de Sarandi já eram de conhecimento do IAT, destacando que a solicitação inicialmente apresentada estava concentrada na regularização da vazão atual e na questão das restrições estabelecidas pela Portaria IAT nº 246/2020. Ressaltou que o documento apresentado posteriormente contemplava uma perspectiva de ampliação para 144 m³/h na primeira etapa e até aproximadamente 342 m³/h ao final do plano. Considerando essas vazões, destacou a necessidade de avaliar a capacidade de diluição do Ribeirão Pinguim e de verificar os efeitos dos lançamentos sobre o corpo hídrico,

especialmente diante da concentração de DBO do efluente. Ressaltou, ainda, a importância de realização de simulações que considerassem as vazões previstas, as condições de lançamento e os possíveis conflitos com usos a jusante, de modo a subsidiar tecnicamente a decisão da CTINS. Nicolás também comentou que o monitoramento isolado a jusante do lançamento não seria suficiente para fundamentar a análise, considerando a influência das condições de vazão e de mistura do efluente no corpo hídrico. Defendeu que a avaliação deveria considerar, principalmente, o balanço de massa, a vazão de referência e a carga lançada, de forma a permitir uma análise mais consistente dos efeitos sobre o rio. Tiago Bacovis, da GOUT/IAT, esclareceu que a solicitação atualmente em análise no IAT corresponde à ampliação da vazão de lançamento de 10 m^3/h para 35 m^3/h, condição que atenderia à situação atual da ETE França. Informou que, na reunião anterior, havia sido discutida a possibilidade de redução da DBO do efluente para 60 mg/L, tendo sido realizadas simulações considerando a vazão de 35 m^3/h. Informou que a simulação foi atualizada por Lauriane Zanlorenzi, com aplicação da autodepuração e consideração do uso atual, e que novas simulações com a vazão de 35 m^3/h poderiam ser realizadas. O Coordenador destacou a importância de realizar as simulações antes de qualquer decisão, considerando que a CTINS deveria dispor de elementos técnicos suficientes para avaliar os possíveis impactos dos lançamentos sobre o corpo hídrico. Ressaltou que a discussão deveria estar orientada à melhoria da qualidade da água e que a alteração do enquadramento para classe 4 não deveria ser considerada de forma precipitada, sendo necessário avaliar previamente outras alternativas técnicas. Nicolás apresentou experiências anteriores de simulações realizadas em outras situações, nas quais foram avaliados diferentes critérios de outorga, vazões de referência, classes de enquadramento e níveis de tratamento dos efluentes. Destacou que esse tipo de análise permite verificar o esforço necessário de cada usuário e avaliar se, mesmo com melhorias nos sistemas de tratamento, seria possível manter o enquadramento pretendido. Ressaltou que o Plano de Bacia do Alto Ivaí, em contratação, deverá contribuir futuramente para uma análise mais abrangente dos usos atuais e das demandas futuras, bem como para a definição de cenários de enquadramento. Na sequência, os representantes da Águas de Sarandi apresentaram esclarecimentos sobre o documento encaminhado. Informaram que a vazão de 35 m^3/h corresponde à situação atualmente existente e que a regularização dessa vazão constitui uma

etapa distinta da ampliação prevista. Explicaram que a ETE França havia sido originalmente projetada para 17,5 m³/h e que, apesar de atualmente operar com vazão superior à sua capacidade nominal, os resultados obtidos têm sido satisfatórios, com DBO do efluente tratado abaixo de 60 mg/L, conforme meta discutida anteriormente com o IAT. Destacaram que esse desempenho decorre de melhorias operacionais, capacitação dos operadores e aprimoramento das tecnologias empregadas no tratamento. Informaram ainda que a primeira etapa de ampliação prevê o atendimento de vazões de até 144 m³/h e que parte significativa dos empreendimentos que contribuirão para essa vazão já se encontra implantada ou com infraestrutura disponível para interligação. Ressaltaram que algumas interligações já estão determinadas judicialmente e que, por esse motivo, a demanda por tratamento poderá ocorrer em prazo inferior aos cinco anos inicialmente indicados no documento. Explicaram que a ampliação da ETE será realizada de forma modular, permitindo o aumento gradual da capacidade de tratamento conforme a evolução das vazões recebidas. Destacaram, ainda, que não foram fixados valores específicos de DBO para as etapas futuras, uma vez que os níveis de eficiência necessários deverão ser avaliados conforme cada etapa de ampliação. Os representantes da Águas de Sarandi ressaltaram que, para a vazão atual de 35 m³/h, não consideram necessária, neste momento, a alteração do enquadramento do Ribeirão Pinguim, uma vez que os resultados obtidos no tratamento já atendem aos parâmetros discutidos. Entretanto, consideraram que a questão poderá voltar a ser discutida nas etapas futuras, diante do aumento das vazões decorrente do crescimento urbano da região. Informaram também que a autarquia possui planejamento voltado à recuperação de nascentes e à conservação da bacia, ressaltando a preocupação com a preservação dos recursos hídricos da região. Marildo Oliveira relatou preocupações relacionadas a lançamentos observados em outros trechos da região, mencionando alterações na cor e no odor da água, ocorrência de peixes mortos e denúncias recebidas pela entidade que representa. Ressaltou a necessidade de obtenção de informações e avaliações mais detalhadas sobre os lançamentos e seus efeitos sobre os corpos hídricos, bem como a importância de visitas aos locais para conhecimento das condições existentes. Nicolás Lopardo observou que situações relacionadas a lançamentos não outorgados e à poluição difusa também deveriam ser consideradas de forma mais ampla na gestão da bacia, podendo envolver ações de fiscalização e, futuramente, estudos no âmbito do Plano de Bacia.

Maristela Moresco Mezzomo levantou ainda questões relacionadas à conservação das nascentes e dos cursos d'água da região, considerando o crescimento urbano previsto para Sarandi. Questionou sobre a drenagem urbana, a conservação das Áreas de Preservação Permanente e a possibilidade de carreamento de sedimentos para os cursos d'água, destacando que a avaliação da capacidade de diluição dos efluentes deve considerar também a disponibilidade e a qualidade da água do corpo receptor. Nicolás observou que os cálculos atualmente empregados nos processos de outorga são concentrados nos usuários outorgados e não contemplam de forma abrangente cargas provenientes de drenagem urbana e poluição difusa, reforçando a importância de uma análise mais sistêmica no âmbito do planejamento da bacia. Durante a discussão, Tiago Bacovis apresentou, para conhecimento dos participantes, a Deliberação nº 01/2025 do Comitê das Bacias dos Rios Piquiri e Paraná 2, que alterou a redação do Art. 4º de portarias relacionadas a áreas críticas quanto ao uso de recursos hídricos. Destacou a redação que prioriza a emissão de outorga para usuários já instalados e com solicitação de outorga, bem como a possibilidade de emissão de novas outorgas para captações ou ampliações, observada a disponibilidade. A apresentação foi realizada como referência para eventual discussão da redação a ser proposta pela CTINS. Nicolás ponderou que a redação da referida Deliberação não deveria ser simplesmente reproduzida, especialmente quanto ao percentual de 80% da Q95, por se tratar de critério relacionado às características específicas daquela bacia e de seus usos. Considerou, entretanto, pertinente avaliar a possibilidade de estabelecer excepcionalidade para usuários já instalados, quando houver disponibilidade hídrica e quando estiverem sendo adotadas medidas de regularização e melhoria do tratamento. Após os esclarecimentos, o Coordenador retomou a questão das vazões apresentadas pela Águas de Sarandi e destacou que a regularização dos 35 m³/h corresponde à situação atual, enquanto a ampliação para 144 m³/h poderá ocorrer em prazo mais curto do que inicialmente considerado. Os representantes da Águas de Sarandi reforçaram que parte significativa dessa vazão já está disponível para conexão e que a necessidade de ampliação da ETE poderá ocorrer gradualmente, conforme a entrada dos novos empreendimentos. Lauriane Zanlorenzi, do IAT/GOUT, sugeriu que a Águas de Sarandi apresentasse complementação ao protocolo em análise, contemplando a perspectiva de ampliação para 144 m³/h, de modo que fosse possível avaliar, paralelamente à regularização dos 35 m³/h, as condições e os parâmetros

necessários para a futura ampliação. A proposta foi discutida pelos participantes e considerada adequada, tendo em vista que permitiria dar continuidade à análise da regularização da vazão atual sem deixar de avaliar antecipadamente a demanda futura. Como encaminhamento, ficou acordado que a Águas de Sarandi apresentaria complementação ou reformulação da solicitação em análise, incluindo as informações necessárias à avaliação da ampliação para 144 m³/h. Ficou também acordado que seriam realizadas simulações considerando essa vazão e diferentes condições de lançamento e tratamento, de modo a subsidiar tecnicamente a análise da CTINS. Os participantes concordaram que a regularização da vazão atual de 35 m³/h e a avaliação da ampliação futura deveriam ser tratadas de forma articulada, sem prejuízo da continuidade da análise da solicitação já protocolada. Também foi discutida a possibilidade de elaboração de manifestação da CTINS acerca da alteração da redação da Portaria IAT nº 246/2020, considerando a situação de usuários já instalados e a possibilidade de regularização de empreendimentos existentes. Ressaltou-se, contudo, que eventual alteração da Portaria deveria ser devidamente fundamentada e submetida às instâncias competentes. Ao final, ficou acordada a realização de nova reunião da CTINS para continuidade da análise, especialmente para avaliação das simulações e discussão dos encaminhamentos relativos à regularização dos 35 m³/h e à ampliação para 144 m³/h. A reunião foi agendada para o dia 22 de outubro de 2026, às 10h, ficando previsto o encaminhamento prévio dos documentos e dados necessários aos representantes. Nicolás Lopardo informou que buscaria iniciar previamente as simulações, em conjunto com o IAT, de modo a antecipar a análise técnica para a próxima reunião. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Coordenador agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Link *YouTube*: https://www.youtube.com/live/MTJ1f46-YFQ?si=H1TPaC7iFOQrsXz0

_____

Maurício Camargo Filho
Coordenador da CTINS do CBH do Alto Ivaí